



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

IVANILDO DE SOUZA LIMA

**A Companhia de Tecidos Paraibana – CTP, a Fábrica Tibirí de Santa
Rita – PB: um patrimônio a ser preservado**

**João Pessoa – PB
2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**A COMPANHIA DE TECIDOS PARAIBANA – CTP,
A FÁBRICA TIBIRÍ DE SANTA RITA – PB: UM
PATRIMÔNIO A SER PRESERVADO**

IVANILDO DE SOUZA LIMA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História como requisito para obtenção do título de Licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira.

**JOÃO PESSOA
2020**

Ivanildo de Souza Lima

A Companhia de Tecidos Paraibana – CTP, a Fábrica Tibirí de Santa Rita – PB: um patrimônio a ser preservado

Aprovada em _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Tiago Bernardon de Oliveira (UFPB)
Professor Orientador

Prof. Dr. Ângelo Emílio da Silva Pessoa (UFPB)
Professora Examinadora

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Professora Examinadora

Resumo

O presente artigo possui como objeto de pesquisa a Companhia de Tecidos Paraibana – CTP, antiga fábrica Tibirí, fundada ainda no século XIX, na cidade de Santa Rita, na então província da Paraíba. Abriu falência pela primeira vez em 1970, voltando a funcionar em 1976 até falir definitivamente em 1982. A fábrica Tibirí foi a primeira fábrica industrial da Paraíba e teve grande importância econômica, social e política na região. Este trabalho tem como principal objetivo expor uma narrativa histórica problematizante, inserida no contexto social da localidade, com vistas a provocar um debate sobre a necessidade de se preservar o que restou da fábrica como patrimônio histórico cultural, material e imaterial da cidade e do estado e indicar a necessidade da construção de uma educação patrimonial em torno de suas estruturas remanescentes. Para tanto, a análise se fundamentará na análise de fotografias e no apoio da bibliografia pertinente.

Palavras-chave: Fábrica Tibirí; Santa Rita – PB; Patrimônio Histórico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. A INFLUÊNCIA HISTÓRICA DA FÁBRICA TIBIRÍ EM SANTA RITA.....	7
1.1 A industrialização parcial na Paraíba e a sua primeira indústria fabril, em Santa Rita.....	7
1.2 Fotografias como fontes de pesquisa histórica sobre a fábrica Tibirí.....	14
2. O QUE FICOU DA FÁBRICA TIRIBÍ.....	23
2.1 O bairro do Tibirí: reminiscências de um bairro construído a partir da fábrica.....	25
2.2 A fábrica Tibirí como patrimônio histórico.....	34
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), achei conveniente desenvolver um artigo, no qual eu procurarei evidenciar, do ponto de vista da História Social, a importância de um dos grandes empreendimentos da cidade de Santa Rita, a Companhia de Tecidos Paraibana (CTP). Trata-se de uma antiga fábrica que foi inaugurada no final do século XIX e foi a primeira indústria fabril da Paraíba. Dessa empresa, também conhecida como Fábrica Tibirí, termo originário de uma antiga tribo indígena que habitava o local aonde a onde hoje é o bairro Tibirí, em Santa Rita, restam apenas alguns paredões isolados e a sua velha chaminé.

Mesmo sendo um dos municípios da Paraíba que sempre se estruturou economicamente na agroindústria açucareira, Santa Rita ocupava uma posição geograficamente privilegiada para instalação de uma fábrica de tecidos. A fábrica Faliu em 1982 e hoje há no local um espaço de lazer o “Parque do Povo”, onde há apresentações musicais e culturais esporadicamente, mas sem nenhuma relação que possibilite debate público acerca dos significados históricos da fábrica e da importância desta para a cidade de Santa Rita.

Apesar da fábrica estar viva na memória e comportamento dos moradores locais e, principalmente, de alguns ex-operários, já idosos, não existem fontes documentais acessíveis suficientes para contar uma história detalhada da fábrica Tibirí. Portanto, baseado, principalmente em fontes imagéticas e bibliográficas, este artigo procura indicar a necessidade de preservação das estruturas remanescentes da fábrica como condição para a emergência e debates de formas de consciência histórica da população daquele bairro, da cidade de Santa Rita e da Paraíba. Este artigo, no entanto, não possui a pretensão de contar a história detalhada da fábrica Tibirí. A intenção principal é contribuir com o reconhecimento, valorização e preservação da história da antiga fábrica, principalmente no que diz respeito à atuação dos seus trabalhadores, e do reflexo na vida dos moradores locais, focando as disputas de memórias presente na cidade de Santa Rita.

O presente artigo possui três partes. A primeira parte foca na influência histórica da Fábrica Tibirí, apresentando o contexto de sua construção e alguns de seus impactos na dinâmica social e política de Santa Rita. A segunda parte divide-se em apresentar parte do Bairro Tibirí, construído a partir do que ficou da fábrica e salientar a possibilidade da fábrica Tibirí ocupar a categoria de patrimônio histórico, considerando

a sua importância social para a cidade de Santa Rita. A terceira e última parte são as considerações finais e visará a importância de se conhecer a história da fábrica, salientando que só assim será possível a sua valorização e preservação. Nesta parte há a sugestão da elaboração de um futuro projeto pedagógico como caminho para se alcançar uma educação patrimonial com vistas a mobilizar a sociedade para a preservação das estruturas remanescentes da fábrica Tibirí como patrimônio histórico tanto material como imaterial da cidade de Santa Rita.

Autores como Marc Bloch (2001) e Jacques Le Goff (2003) fundamentam teoricamente este Trabalho. Apesar de ser utilizada algumas fontes bibliográficas de autores como Martha Falcão de Carvalho Santana (1990), Diana Soares de Galliza (1990), Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982), Beatriz Mugayar Kühl (2006), Maria de Lurdes Parreira Horta (1999) e outros, por impossibilidade de se obter fontes diretas acessíveis, o trabalho é fundamentado metodologicamente principalmente em fontes imagéticas e em autores como Zita Rosane Possamai (2008), Ana Maria Mauad (1996) e Severino Cabral Filho, entre outros. Estes três últimos autores citados trabalham em suas obras a fotografia como fonte histórica valiosa. Portanto, neste artigo, além das outras fontes citadas, a análise de algumas fotografias contribuirá bastante para o entendimento histórico da fábrica Tibirí.

1 A INFLUÊNCIA HISTÓRICA DA FÁBRICA TIBIRÍ EM SANTA RITA

1.1. A industrialização parcial na Paraíba e a sua primeira indústria fabril, em Santa Rita

Santa Rita respira história e a fábrica Tibirí faz parte de um de seus capítulos mais importantes. Foi construída nas terras onde originalmente foram edificados fortes e engenhos de açúcar, implantados nessa localidade no período colonial, ainda no século XVI, uma região onde antes da ocupação portuguesa já era habitada há bastante tempo por tribos indígenas. Os moradores de Santa Rita ocupam o município originado do segundo povoado mais antigo da Paraíba, perdendo apenas para a antiga Filipéia de Nossa Senhora das Neves, a atual capital, João Pessoa (SANTANA, 1990, p. 151).

A cidade de Santa Rita não apenas teve sua origem estruturada a partir de engenhos e posteriormente usinas de açúcar, mas durante muito tempo a cidade ficou

submissa, como afirma a historiadora Martha Falcão de Carvalho Santana, à “predominância da rígida estrutura agrária, além da manutenção de relações sociais de produção não capitalistas” (SANTANA, 1990). E mesmo tentando abraçar a modernidade, em grande medida, as práticas políticas conservadoras alimentaram ainda por vários anos uma oligarquia agroindustrial açucareira.

Se considerarmos a identificação do moderno com a industrialização, a Paraíba sempre esteve numa situação desfavorável. Com seu “*processo de modernização retardado*” (SANTANA, 1990) devido à sua condição periférica, o que refletia a sua falta de produção expressiva, os traços da modernização na Paraíba chegaram timidamente e só no final do século XIX que começaram a aparecer os primeiros ares desse moderno. Alguns historiadores, ao falar da modernidade da Paraíba, e do Nordeste como um todo, afirmam que essa modernização tinha algumas peculiaridades. A historiadora Diana Soares de Galliza aponta a modernização da Paraíba marcada por uma precariedade que a deixou como a todo o Nordeste, bem atrás se comparada com a modernização do mundo mais desenvolvido. Em seu livro “*Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*”, Galliza enfatiza a expressão “modernização fragmentária”, de Jon Hinderink, para explicar as peculiaridades da Paraíba do ponto de vista do moderno no período da Primeira República. Trata-se de uma modernização parcial, tendo como prioridade a produção primária, ou seja, a produção de matéria prima para abastecer o mercado interno e externo com açúcar e algodão, o que tornava sua produção oscilante por depender muito desse mercado (GALLIZA, 1990). Conforme Galliza, portanto, não houve uma industrialização significativa na Paraíba nem tão pouco uma modernização nos moldes europeus, ao menos até a primeira metade do século XX:

O Nordeste, com sua economia de produtos primários estuada no açúcar e no algodão, enveredou rumo ao crescimento retardado, uma vez que o preço dos seus produtos básicos e a perda dos mercados externo limitaram a rentabilidade. (GALLIZA, 1990, p. 88).

É preciso considerar que a Paraíba estava inserida não apenas num contexto regional, mas partilhava das condições históricas causadoras do atraso industrial brasileiro. Uma das explicações que causaram esse atraso é apresentada por Francisco Foot Hardmam e Victor Leonardi no livro *História da Indústria e do Trabalho no*

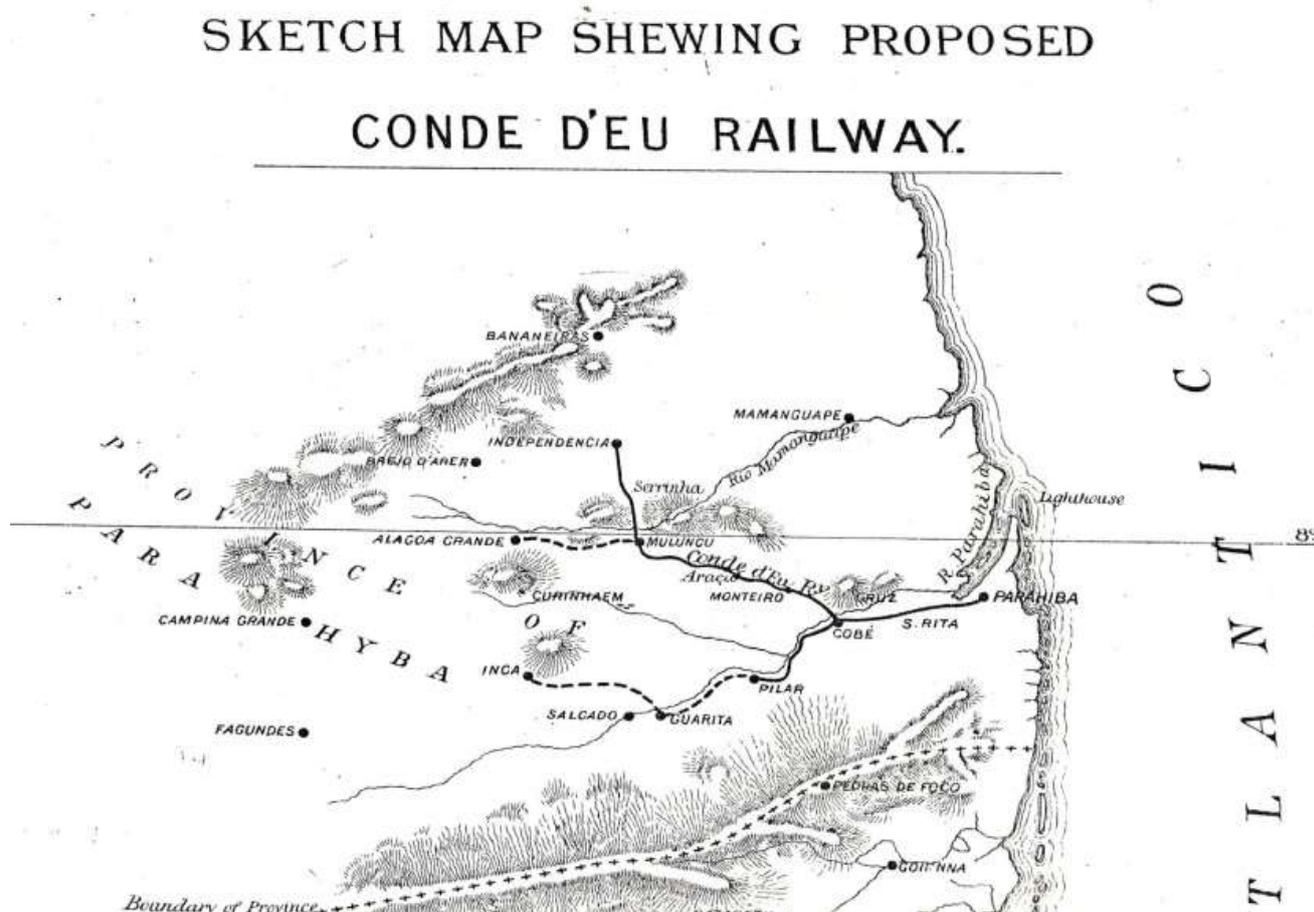
Brasil (1982). Os autores afirmam que o Brasil, desde o início da sua colonização, adotara dois principais meios para a produção econômica, um deles foi a agroindústria açucareira, com a produção nos engenhos, e o outras minerações. Esta última porém, não sustentou lucro por muito tempo, e em 1808 já não gerava tanta riqueza para a Coroa portuguesa. Os autores ainda afirmam que, apesar de existirem outras atividades produtivas no Brasil, como as indústrias navais e as tecelagens, onde a primeira empregava a maior parte dos trabalhadores e a segunda remonta uma das antigas atividades indígenas, tais atividades econômicas eram voltadas à manufatura e não havia incentivo para o mercado externo. O fato é que esses trabalhos periféricos eram destinados à demanda interna, principalmente de vestimentas para os escravos, no caso da tecelagem. O minério de ferro também estava incluso, mas apenas para fabricação de pás, picaretas, facões, facas e outros objetos, e não para fomentar uma indústria pesada nos moldes dos padrões europeus. Portanto, podemos afirmar que a economia dos três primeiros séculos da história colonial brasileira estava submetida à hegemonia na agricultura produtora do açúcar (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p.22). No Brasil, o processo de modernização é iniciado no Sudeste, na segunda metade do século XIX, e no Nordeste só veio aparecer em fins deste século para o início do século XX.

Uma das indústrias que mais rendeu condições, mesmo que engatinhando, de adentrar no mundo industrial, ainda que com características de submissão ao mercado externo, foi a indústria têxtil. Na Paraíba, a cidade de Santa Rita foi pioneira em receber as instalações de uma das fábricas mais modernas da época no país, a Companhia de Tecidos Paraibana (CTP), popularmente conhecida por Fábrica Tibirí, remetendo à localidade onde ela foi erguida. Um dos motivos para este empreendimento, ainda no final do século XIX, foi o fato da província da Paraíba ter sido uma grande produtora do algodão. No período que marcou o final do Império e durante toda a segunda metade do século XX a Paraíba muitas vezes ocupou o primeiro lugar entre todas as províncias em produção algodoeira.

Tendo Santa Rita uma origem econômica, como já foi frisado acima, controlada pela elite agrária, a construção de uma fábrica de tecidos foi possível graças não apenas à sua produção de algodão, já que, somando-se a isto, uma linha férrea, fundada em 1883, passava em frente à fábrica, o que possibilitava o transporte logístico sem grandes transtornos. Sua localização geográfica, portanto, foi muito bem aproveitada:

A localização, influenciada pela infra-estrutura de transportes do distrito açucareiro, teve em seu favor, igualmente, a vantagem de situar-se à margem da estrada que secularmente ligava a capital ao sertão. Isso facilitaria a entrada do algodão e o embarque, no porto (RODRIGUES, 2011, p. 28).

Essa ferrovia pertencia a primeira Companhia Ferroviária a trafegar na Paraíba. Trata-se da The Conde D'Eu Railway Limited, também conhecida como Companhia Conde'Eu. Todo o material utilizado por essa companhia veio da Inglaterra. O primeiro trecho inaugurado ia da cidade da Parahyba, atual João Pessoa, até Pilar e foi inaugurado em 1883. No ano seguinte a ferrovia se estendeu até a antiga Independência, atual Guarabira. Em 1889 foi inaugurado um ramal até Cabedelo. O último trecho foi inaugurado em 1901 que liga Mulungu até Alagoa Grande. Abaixo, há um mapa de 1885 da referida ferrovia.



Mapa da The Conde D'Eu Railway Company em 1885.

FONTE: <http://historiaferroviariaparaibana.blogspot.com/> <Acesso em 01 de Abril de 2020>

No mapa a cima, vemos toda a trajetória da ferrovia que pertencia a “The Conde D’Eu Railway Company”. O mapa é do ano de 1885, portanto ainda não havia o trecho que se estendia até Cabedelo, que só chegaria ao seu porto em 1889. Era neste porto que a produção de tecidos oriunda da fábrica Tibirí era escoada. Hoje apenas o ramal que liga Santa Rita a Cabedelo funciona, sendo utilizado pelos trens da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para o transporte urbano. Os trens de longa distância deixaram de funcionar desde 1970.

Retomar uma trajetória da fábrica Tibirí em si, a partir de sua fundação, não é uma tarefa fácil, dadas as dificuldades de acesso a fontes documentais diretas. Por isso, o documentário intitulado *C.T.P. Companhia de Tecidos Paraibana*¹, apoiado pelo Educandário José Américo de Almeida (EJAA)², produzido em 2008, cujo conteúdo conta a história da fábrica Tibirí desde a sua fundação até à falência definitiva, servirá de referência em boa parte desse trabalho. Tal fonte, no entanto, apesar de ser rica em informações, possui um conteúdo alheio à História crítica. O documentário possui uma tônica descritiva, por vezes sem contar com uma sequência definida, e um alinhamento laudatório, fazendo uma vasta referência aos grandes personagens e seus feitos em Santa Rita durante o período de funcionamento da fábrica Tibirí. Os fatos apresentados excluem sujeitos históricos importantes e imprescindíveis à construção histórica da fábrica, como por exemplo, a atuação incisiva do sindicato dos tecelões e seus membros que faziam oposição política aos poderes políticos e econômicos da cidade. Além disso, não se propõe a qualquer análise ou segue uma linha argumentativa, no que diz respeito às questões problematizantes inerentes ao contexto social da época. Ainda assim, dada a impossibilidade de acesso a outras fontes, incluindo as utilizadas pelo próprio documentário, constitui um material importante para consulta.

Durante as pesquisas para a produção desse trabalho foram constatadas duas datações distintas referentes à fundação da fábrica Tibirí. Segundo Martha Falcão, em seu livro *Nordeste, açúcar e poder* (1990), a fundação da fábrica foi no ano de 1892, já o documentário revela que a fábrica foi inaugurada em 1891, um ano após Santa Rita

¹ https://www.youtube.com/watch?v=xxcr_d_chO4

² Fundado em 1992, o (EJAA) Educandário José Américo de Almeida, originalmente destinado ao ensino infantil, passou por uma modificação em 2009 mudando inclusive o seu nome para (CCJAA) Colégio e Curso José Américo de Almeida. A partir de então, além do ensino infantil, a instituição passou a oferecer o ensino fundamental e o ensino médio, preparando também para os vestibulares e concursos. O interesse em produzir o documentário, mesmo que esboçando um método positivista, elevando a história dos grandes nomes, e excluindo sujeitos históricos importantes sem os quais a fundação e o funcionamento da fábrica Tibirí jamais ocorreria, foi uma tentativa de resguardar a História da citada fábrica, considerando que esta foi importantíssima para a cidade de Santa Rita e a sua população.

ser elevada à categoria de cidade. Sem ter tido acesso a fontes primárias escritas, o presente trabalho deixa uma lacuna sobre a datação precisa da fundação da fábrica Tibirí. Em todo caso, foi no final do século XIX que a primeira indústria fabril da Paraíba iniciou suas atividades.

Segundo essa produção audiovisual, a citada fábrica não teve apenas um dono, possuiu várias administrações e esteve sob o controle de algumas famílias que se sucederam durante seus 85 anos de atividade. O documentário apresenta um relato cronológico das várias administrações da fábrica, desde o ano da sua suposta fundação em 1891 à sua falência em 1970. Mais tarde, em 1976 a fábrica voltou às suas atividades até falir definitivamente em 1982. Seus fundadores foram os portugueses Antônio Valente e os irmãos Joaquim Garcia de Castro e Antônio Garcia de Castro. No relato, a fábrica levou de 6 ou 7 anos para ser construída, valendo-se da exploração de força de trabalho escravizada, já que nos primeiros anos da construção da fábrica a escravidão ainda estava em vigor no Brasil. Era muito comum a utilização dessa força de trabalho também nas indústrias, pelo menos até meados do século XIX, o que não exclui a possibilidade de que, pouco antes da abolição, em 1888, escravizados terem trabalhado nas escavações e edificação da fábrica Tibirí, já que, segundo o documentário, os Garcias de Castro possuíam escravos até a Lei Áurea entrar em vigor. No documentário não há detalhes sobre as condições de trabalho desses escravizados, mas segundo Foot Hardman e Francisco Victor Leonardi, (1982) as indústrias utilizavam mão de obra escrava, principalmente nos serviços pesados e às vezes em todo o processo produtivo:

Certas empresas industriais não empregavam trabalhadores livres até meados do século passado. Outras utilizavam-nos apenas para os serviços especializados, sendo o trabalho mais pesado realizado exclusivamente por escravos. Isso acontecia tanto com firmas nacionais como firmas estrangeiras. No primeiro caso, poderíamos citar a fábrica de velas do Rio de Janeiro que, até 1857, só empregava escravos. No segundo caso, era notória a prática adotada pela St. John Del Rey Mining Co., constituída por capitais ingleses em 1830 e que só empregava escravos em determinados trabalhos como, por exemplo, na perfuração de galerias na mina de sua propriedade. (LEONARDI, HARDMAN, 1982, p. 109)

Durante o tempo em que a fábrica Tibirí ficou sob a administração dos seus fundadores portugueses sua razão social chamava-se “Castro, Irmãos & CA”, mas como já foi dito a empresa passou por vários donos. Dentre os que mais tempo a administraram podemos citar Bento Moreira Magalhães e José Rodrigo de Carvalho, que foram os donos da empresa entre 1913 a 1924, e os Veloso Borges. Estes últimos foram os donos da fábrica durante 46 anos, de 1924 até à falência da fábrica, em 1970. Os Veloso Borges marcaram forte influência econômica e política na cidade de Santa Rita e no estado da Paraíba.

Sobre este último período de administração, a historiadora Martha Falcão Santana ressalta que não apenas seus proprietários e administradores foram importantes para a história social, econômica e política de Santa Rita, mas também seus funcionários e operários. Assim, por exemplo, Santana (1990) cita um desses trabalhadores, David Falcão, que além de funcionário da fábrica Tibirí, também foi um pequeno proprietário rural. Devido ao seu engajamento político, chegou a ser vereador em Santa Rita, e foi um dos fundadores do primeiro sindicato dos tecelões da cidade. Durante as décadas de vinte e trinta do século XX, juntamente com outros funcionários da Fábrica, David Falcão promovia reuniões às escondidas na calada da noite, de caráter comunista:

A participação dos operários no legislativo municipal evidencia certo avanço, lavando em consideração a composição anterior a 1924, quando o controle político era absolutamente exercido pelos grandes proprietários, sobretudo senhores de engenho e comerciantes, sob a chefia do Cel. Francisco Carvalho, que tinha, como chefe de polícia, seu irmão, Capitão Bernardo Alves de Souza Carvalho, notável pela violência sob qualquer forma de oposição, sobretudo de operários. (SANTANA, 1990, p. 215)

Esses operários afrontavam, com suas pautas políticas, os senhores de engenhos e comerciantes de Santa Rita que detinham o controle da economia do município. Muitos desses foram perseguidos, presos e torturados, mas exerceram notória influência política na cidade, principalmente entre 1929 e 1932, quando David Falcão tornou-se um dos eleitos para um cargo político importante na cidade, tornando-se um dos Conselheiros Municipais de Santa Rita. Devido o posicionamento político, os operários da fábrica Tibirí eram constantemente presos pela polícia.

Este e outros episódios da história social de Santa Rita e da Paraíba, a partir das experiências das relações de trabalho e de poder estabelecidas em torno da fábrica, são difíceis de serem reconstituídos neste momento. Novamente, a questão da dificuldade de acesso às fontes impõe-se como um empecilho para a realização de um trabalho em torno de uma história social da fábrica Tibirí. Para tanto, a utilização de fotografias como fonte histórica tornou-se imprescindível.

1.2 Fotografias como fontes de pesquisa histórica sobre a fábrica Tibirí

Para fazer essa análise histórica da fábrica Tibirí por meio de imagens, este artigo buscará suporte teórico-metodológico em autores como Zita Rosane Possamai (2008) e Ana Maria Mauad (1996), que escreveram, respectivamente, os artigos *Fotografias, História e Visitas Urbanas* e *Através da Imagem: fotografia e História Interfaces*. Ambas as autoras fazem várias observações sobre como abordar a História utilizando a fotografia. Entre vários pontos comuns, umas de suas reflexões trata da necessidade de o historiador considerar as imagens fotográficas não como uma produção invariável, mas sujeita a condicionamentos históricos e procurar perceber outros elementos sociais não captados diretamente pela imagem, mas que são indicados ali. Para fazer uma interpretação do espaço social em que estava inserida a Fábrica Tibirí, para a elaboração deste artigo convém recorrer ao historiador Severino Cabral Filho. Em seu artigo *Desejada Modernização: Campina Grande, Imagens e História*, o autor desenvolve um texto repleto de orientações sobre como enxergar o que está oculto em uma fotografia. Cabral não questiona o direcionamento determinado da fotografia, mas aponta, ao analisar a imagem do ponto de vista do contexto social da feira de Campina Grande, uma crítica a uma análise anterior feita por um intelectual campinense chamado Carlos Alencar Agra, que procurava apresentar em suas análises uma modernidade ainda ausente na cidade, baseada na implantação da sua feira livre (CABRAL, 2005). Embasado por esses referenciais historiográficos, a partir de agora serão analisadas algumas fotografias da fábrica Tibirí para a compreensão de seu lugar social, político e econômico em Santa Rita de grande parte do século XX.

A partir da análise de algumas fotografias é possível vislumbrar as características do contexto social da época, seja ela qual for. As fontes históricas iconográficas são “fontes de investigação para o historiador” (POSSAMAI, 2008). As fotografias podem “documentar um fato ou representar um estilo de vida” (MAUAD, 1996). Por meio delas são revelados, aos exploradores do passado, costumes, culturas,

além das relações da imagem com a economia local, até informações mais precisas, como as relações de trabalho de uma sociedade, tudo inferido por uma análise crítica que revela uma realidade muito mais ampla do que o enquadramento reduzido da fotografia. Algumas das fotografias que serão analisadas possuem indícios de planejamento intencional, visando a corresponder às aspirações e visões da classe dominante da época, o que não subtrai sua importância como fonte histórica reveladora dos conflitos e contradições sociais de determinado período histórico. Afinal, “A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte de historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida” (MAUAD, 1996, p. 8).

As fotografias a seguir são fontes históricas que mostram importantes traços não só da fábrica, como também aspectos mais amplos, principalmente sob o ponto de vista do contexto social. Como foi dito anteriormente, o acesso direto às fontes originais não foi permitido a esta pesquisa. No entanto, é possível utilizar fotografias de outros memorialistas que divulgam materiais na internet, do IBGE, da imprensa local, além de fotografias atuais feitas por mim mesmo. O objetivo aqui é o de analisar as fotografias sob os aspectos sociais, salientando os seus conflitos e contradições captadas nestes instantâneos.

Figura 1 - Fotografia da fábrica Tibiri, início do século XX, de Bruno Bourgard

FONTE: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=193803> <Acesso em 15 de fevereiro de 2020>



Além da indicação da fonte³, é muito provável que imagem acima (Figura 1) tenha sido feita por um fotógrafo profissional alemão chamado Bruno Bourgard, pois no canto inferior direito da fotografia podemos identificar a sua assinatura. Os Bourgards vieram da Alemanha para o Brasil na segunda metade do século XIX. Bruno, um dos filhos, foi o único que permaneceu no Brasil, todos os outros da sua família retornaram ao seu país de origem. Apesar de já fotografar desde a Alemanha, foi no Brasil que Bruno especializou-se no ofício. A princípio, montou uma sociedade com o seu irmão, Max Bourgard. Percorriam todo o Nordeste, procurando quem os contratassem. Os irmãos Bourgards chegaram à Paraíba em 1889, mas em 1897 a sociedade foi desfeita. Bruno, no entanto, continuou na profissão que o levava a ser um itinerante, já que era de costume na época o ato de um fotógrafo viajar para vender seus serviços.

Entre seus serviços encomendados, Bruno Bourgard fotografava festas de padroeiras e todo tipo de expressão social, principalmente temas urbanísticos, e não se furtava a atender as encomendas dos que faziam parte da elite local, tendo como clientes prefeitos, empresários, comerciantes e governadores⁴. Obviamente, tratando-se de encomendas, as fotografias eram produzidas a fim de corresponder aos desejos de quem as encomendava e, conseqüentemente, do que ser ou não fotografado. Dessa forma, entende-se o porquê das antigas fotografias da fábrica Tibirí possuírem um aspecto laudatório, visando o seu engrandecimento.

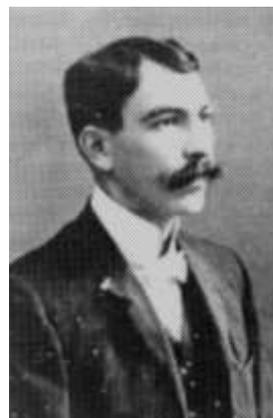
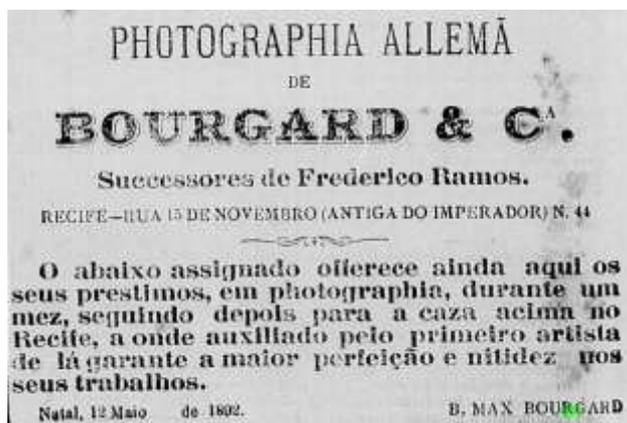


Figura 2 - Anúncio de um jornal "Rio Grande do Norte" 1892 **Figura 3 - Bruno Bourgard**

FONTE: <http://www.historiaegenealogia.com/2012/05/bruno-bourgard.html> <acesso em 15 de fevereiro de 2020>

³ Esta fotografia foi extraída do Álbum de Fotografias da Companhia de Tecidos Parahybana – Tibiry, encomendado pelos proprietários, irmãos Castro, que foi leiloado em 31 de julho de 2015 por Levy Leiloeiro, que mantém cópia digital de quatro fotografias, além da capa do álbum, em seu site: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=193803> <Acesso em 15 de fevereiro de 2020> . A Figura 4, a ser exposta e analisada mais a frente, também foi extraída do mesmo álbum.

⁴ E seu trabalho não se limitava apenas à Paraíba. Em 1904, por exemplo, o governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, solicitou aos estúdios de Bruno Bougard a captação de imagens fotográficas da capital, Natal. Informação disponível em: <http://potiguarte.blogspot.com/2013/04/a-memoria-fotografica-potiguar_9.html> Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.

As Figuras 2 e 3, retiradas do site *História e Genealogia*, (www.historiaegenealogia.com), mantido pelo historiador Anderson Tavares de Lyra, correspondem a um anúncio no Jornal “Rio Grande do Norte” de 1892 e a um retrato do fotógrafo do mesmo ano. O anúncio diz respeito à empresa de fotografia “Photographia Allemã de Bougard & C^a.” dos irmãos Bruno e Max Boudard. As informações propagandeiam o profissionalismo dos irmãos pela nitidez e perfeição das fotografias retiradas pela empresa.

A imagem exposta logo acima, Figura 1, foi fotografada sobre um terreno elevado. É provável que a intenção do fotógrafo fosse registrar a grandiosidade da fábrica e sua inserção no município. A grandiloquência da fábrica também se media pelo horizonte a perder de vista captado pelo fotógrafo ao seu fundo, tendo seus arredores como a parte mais diretamente impactada por seus feitos. Do contrário, seria tecnicamente possível fazer uma fotografia cujo ângulo ficasse fechado apenas na própria construção da fábrica. Simbolicamente, a fábrica representava um ponto de partida em direção ao horizonte, a ser desbravado pela civilização, como uma representação do progresso que se acreditava estar sendo promovido pela fábrica. Assim, o local escolhido favoreceu também a captura de uma boa margem externa da empresa, o que nos permite ter uma ideia de como era a cidade de Santa Rita e como viviam seus moradores no início do século XX. Segundo Marta Falcão Santana, nesse período a população de Santa Rita crescia muito, chegando a ter em 1912, entre homens e mulheres, 18.000 habitantes (SANTANA, 1990), apesar de ser ainda bem inferior à população da capital da Província que contava, mesmo em 1910, ou seja, dois anos antes, com 43.652 habitantes. Também nessa primeira metade do século XX houve um considerável aumento da receita, e parte desse crescimento fiscal e demográfico foi causado diretamente pela ampliação da fábrica Tibirí, conforme atesta a historiadora Marta Falcão em seu livro *Nordeste, açúcar e poder*:

Este aumento demográfico coincide com o aumento de sua receita, de seu número de casas comerciais, sodalícios, associações, serrarias, usinas de açúcar, além da ampliação da Fábrica de Tecidos Tibirí e instalação da Companhia de Pesca de Baleia em Costinha, tendo o Estado concedido incentivos fiscais por 30 anos na sua exploração, ao Sr. Július Von Sohsten. (SANTANA, 1990, p.207.)

No entanto, percebe-se, ao analisar a fotografia, na sua parte superior, próximo à Igreja da Conceição localizada na área central da foto (em destaque logo abaixo), que este aumento de receita não implicou em melhorias imediatas das condições de vida da população pobre de Santa Rita. Uma vez que a maioria das casas ainda tinham seus tetos cobertos de palhas, o que é corroborado por dados da própria época, com os do jornal *A União*, mantido pelo governo estadual:

- HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA-1912*

- Fogos de Telhas (casas).....	870
- Fogos de Palha.....	3.220
TOTAL	4.090

FONTE: *A União*, de 25 de janeiro de 1913, p. 3 *apud* SANTANA, Marta Falcão, 1990, p. 207.



A fotografia, portanto, nos fornece vestígios de uma organização social cujas estruturas habitacionais não diferiam muito das habitações populares rurais pobres do século XIX. A julgar pelas casas, as condições de vida dos seus moradores, ao menos para a maior parte da população de Santa Rita, estavam muito aquém de uma sociedade afeita ao progresso e à modernidade que aspirava-se estarem expressos no registro fotográfico da fábrica. No lado inferior esquerdo da imagem, logo ao lado da grande chaminé, é possível perceber uma grande quantidade de fumaça. Era a locomotiva a vapor que fazia o transporte da matéria prima para produzir o tecido e o transporte do produto acabado. Assim como tudo que envolvia a energia a vapor desde o final do século XVIII, as locomotivas eram tidas mundialmente como o grande símbolo do progresso proporcionado pela Segunda Revolução Industrial da segunda metade do século XIX. Logo, não seria exagero inferir que o fotógrafo aguardou o momento de passagem da locomotiva para fazer o seu registro a fim de compor a fotografia com um

importante símbolo socialmente conhecido como de progresso e modernidade, reforçando estes atributos como proporcionados pela própria fábrica e sua grande chaminé. Vê-se, portanto, que a fotografia não é apenas um registro isento ou desprovido de significados. O ângulo, a disposição da fotografia e os elementos que a compõe possuem significados a serem transmitidos por quem a faz e quem a encomenda para quem a recebe. Embora a fotografia tenha em seu primeiro plano a estrutura fabril e tudo o que favorecia o seu funcionamento, a presença da força de trabalho era uma realidade que a fotografia não tinha como intenção primeira demonstrar em seu enquadramento, mas que, refletindo sobre o óbvio, sem eles, os trabalhadores, a empresa sequer existiria. Ainda assim, como na fotografia a fábrica é o ponto de partida em direção a um horizonte de progresso, não é demais inferir que, simbolicamente, a fábrica seria o motor para o progresso civilizacional da população de Santa Rita, a começar pelos seus trabalhadores, que viviam em condições precárias, mas sob as promessas de opulência a ser proporcionada a toda a população pela industrialização.

Outra fotografia (Figura 4) da fábrica Tibirí, retirada no mesmo período e pelo mesmo fotógrafo, mas por outro ângulo, nos revela outros aspectos da sociedade santaritense.



Figura 4 - Fotografia da fábrica Tibirí no início do século XX, de Bruno Bourgard

FONTE: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=193803>

Na Figura 4, o mesmo fotógrafo, Bruno Bougard posicionou-se em frente à fábrica, visando capturar todo o seu aspecto atraente. Vê-se um homem caminhado em direção à estrutura fabril, trajando roupas utilizadas pela classe social mais abastarda da época, talvez um funcionário da fábrica, mas pelos trajes, não exercia trabalhos braçais. Utilizando um guarda-chuva que, provavelmente não era para protegê-lo da chuva, pois a julgar pela projeção das restas dos objetos da fotografia, inclusive a do próprio caminhante, era sol, provavelmente escaldante, que o incomodava. No canto esquerdo da imagem, mais uma vez vemos a Maria Fumaça se aproximando. Pegando como referência a chaminé, localizada no canto direito da imagem, por trás dos galpões e que, até hoje, apesar de ter passado por reformas, sempre esteve no mesmo lugar, a locomotiva seguia em direção Oeste, interior do Estado. Os galpões, que ainda estavam com os tijolos expostos, a já citada antiga chaminé no canto direito e os janelões que impressionavam a todos com os seus arcos superiores, todos estes detalhes eram talvez o que o fotógrafo desejava registrar. A fotografia, no entanto, nos revela pelo menos mais um detalhe da conjuntura cultural dos moradores da localidade. Vemos uma vala que corre seguindo, da fábrica até o canto direito inferior da imagem. A vala talvez seja parte dos dejetos da empresa, mas também pode ser esgoto de moradores próximos, denunciando uma higienização precária, mesmo próximo a uma importante referência do moderno. Por outro lado, pode ser a abertura de uma vala destinada à implantação de redes de esgotos, ou canalização de água, considerando o empreendimento imobiliário próximo. De qualquer forma, as medidas de higienização, características da modernidade, estavam engatinhando no Brasil e em Santa Rita não poderia ser diferente e era conveniente essas mudanças implantadas próximo a uma grande referência do moderno.

Podemos constatar que o saneamento básico da época era ainda precário, mas a hipótese da implantação desse saneamento é mais provável. Ainda no século XIX, a capital da província já implementava, até de forma coercitiva, mudanças de comportamento ao introduzir uma cultura de higienização do espaço urbano, criando novos cargos públicos, como o de “Inspetor de Higiene” que visava adequar o ambiente urbano aos padrões europeus no sentido, principalmente, de combater as endemias relacionadas à ambientes insalubres. O novo cargo, exercido por um médico, exigia a mudança cultural da população para a adequação aos comportamentos modernos.

Em 1848, fora criado o cargo de “inspetor de higiene” na Província da Paraíba, que perdurou até 1910. Como bem observa Edna Araújo (2001:45), a noção de inspetoria pode ser compreendida como similar ao conceito de vigilância. O médico tornara-se um inspetor, ofício próximo ao de “inspetor de polícia”, um vigilante da ordem, dos costumes, da cidade, da vida, do ar, do lixo, das esquinas, da vida e da morte. Inspeccionar constituía-se em fiscalizar e evitar mudanças desautorizadas no meio ambiente. Munido com o símbolo da norma, a sua função era perscrutar os indivíduos e a cidade (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

Outra observação pertinente é a imagem de um casarão do lado esquerdo da fotografia, no final dos galpões, à direita da Maria Fumaça. Esse casarão foi construído concomitantemente à construção da fábrica. Trata-se da residência dos donos da empresa. Além dessa mansão, pelo menos mais quatro casas de porte grande e bem acolhedoras foram construídas, destinadas a serem as moradias dos funcionários de cargos mais elevados na empresa. Suas estruturas diferem das casas que compunham a vila operária.

Foi na Inglaterra durante a revolução industrial, entre a segunda metade do século XVIII e o século XIX que foram estruturadas as primeiras vilas operárias. Tratava-se de um conjunto de casas simples localizadas próximo às fábricas. Eram construídas pelos empresários e destinadas aos seus empregados. A existência dessas casas ausente na fotografia, mas presente no contexto histórico de Santa Rita seguia a mesma lógica europeia. A partir dessas moradias simples, surgiu o que hoje é o Bairro de Tibirí Fábrica.

A próxima imagem da fábrica Tibirí (Figura 5) mostra uma fábrica inserida no cotidiano da cidade. Trata-se de uma imagem mais recente, de meados do século XX, mais precisamente em 1957, de autoria desconhecida e que se encontra no site da Biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A fábrica apresenta-se muito maior e modificada. Vemos uma infraestrutura marcada por pavimentações cuja construção pode ter relação com a foto anterior, que mostra a possível construção de saneamento básico na localidade, além de uma calçada, uma via pavimentada para automóveis e a linha férrea.

Figura 5 - Fachada da fábrica Tibirí em 1957 (Autor desconhecido)

Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=411026&view=detalhes>



A fábrica Tibirí passou, ao menos por duas reformas. Segundo SANTANA (1990) a primeira reforma foi entre 1915 a 1920, visando a sua ampliação. O documentário *Companhia de Tecidos Paraibana* produzido pelo CCJAA relata uma segunda reforma, ocorrida em 1947. Neste período a sua chaminé foi substituída por uma maior e mais resistente, adquirindo, a partir daí, a altura de 75 metros. O documentário não diz qual era o tamanho anterior da chaminé. É provável que esta tenha sido a última grande reforma da fábrica.

Na Figura 5 vemos a fachada da fábrica Tibirí, em 1957, quando ainda estava sob a administração dos Veloso Borges. A empresa conservou essa estrutura arquitetônica até à sua falência, em 1982. No primeiro momento, é evidente a diferença dessa imagem com a anterior não só no que se refere ao seu entorno, pois mesmo considerado o fato de ambas terem sido tiradas em sentidos opostos, é notória a mudança da própria arquitetura. Seus janelões, que agora não mais arqueados, como na imagem anterior, mostram-se retilíneos. Na Figura 4 os tijolos dos paredões da fábrica estão expostos, enquanto na Figura 5 a empresa tem suas paredes rebocadas e, apesar da fotografia estar em preto e branco por limitação tecnológica da época, estão, com certeza, pintadas. Além dessas e outras mudanças na arquitetura, externamente houve uma ação de embelezamento e infraestrutura. Na imagem, percebe-se a delimitação da fábrica com muros e grades e a energia elétrica se faz presente, como se verifica nos postes e fios no alto do telhado e sobre a rua.

Considerando a importância da fábrica Tibirí para o crescimento da cidade de Santa Rita, desde o final do século XIX até à segunda metade do século XX, é imprescindível que esta seja conhecida por todos os santa-ritenses, não apenas no que diz respeito à sua importância como empreendimento empresarial, mas principalmente o conhecimento histórico da influência social, política, econômica e cultural para a população de Santa Rita. Até esse ponto, tratamos do processo histórico e as transformações que ocorreram em meio aos diferentes interesses e contradições históricas presentes nesse processo. A seguir, trataremos da memória social que, é definida a partir das relações entre organizações e grupos sociais e não apenas empresarial, já que, tanto o trabalhador quanto a empresa estão inseridos nesse contexto (SILVA, CORDEIRO, 2017). Hoje, por não estar no rol dos patrimônios culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a fábrica Tibirí está sujeita ao descaso e a ausência definitiva dos seus últimos vestígios arquitetônicos. Sem uma educação Patrimonial disseminada, jamais haverá sensibilidade por parte do poder público no sentido de promover políticas públicas que estimulem a preservação da fábrica e principalmente do seu patrimônio cultural imaterial. O conhecimento histórico da fábrica, mesmo com as poucas fontes e bibliografias acessíveis, é fundamental. Sem a apropriação coletiva da história de determinado Patrimônio Histórico é impossível pressionar os órgãos competentes a promoverem a preservação de qualquer herança histórica coletiva. Na última parte deste artigo, já interados da importância histórica da fábrica, o objetivo será expor a relação que há entre o passado da Fábrica Tibirí com a sua atual condição, tanto no que diz respeito às características físicas quanto ao seu patrimônio cultural imaterial, que se não valorizado e preservado causará a amnésia histórica, responsável por esconder quem somos.

2 O QUE FICOU DA FÁBRICA TIBIRÍ

Na primeira parte deste artigo procurei evidenciar a importante relação que a fábrica Tibirí teve com a organização social, política e econômica da cidade de Santa Rita. Mesmo considerando o fato de a cidade ser inserida historicamente num contexto de dominação da elite agrária, o que retardou o seu crescimento, a fábrica Tibirí fez parte do cotidiano dos moradores daquela localidade, influenciando diretamente no seu

processo histórico. Assim como na primeira parte, a utilização de fontes imagéticas como argumentação teórico-metodológica norteará a segunda parte deste artigo, que tratará do que ficou da fábrica Tibirí em termos de estrutura física, mas principalmente da conservação da sua memória histórica. A intenção principal neste momento do texto é sublinhar a significância histórica da fábrica, não só do ponto de vista da sua estrutura arquitetônica, mas principalmente da realidade histórica social do povo daquela localidade, e, assim, contribuir, a partir do conhecimento histórico sobre esse empreendimento, para a valorização, conservação e preservação de seus resquícios como patrimônio histórico e cultural de Santa Rita.

Uma categoria relativamente nova dentro da área de patrimônio histórico é o “patrimônio industrial”. E a principal definição de patrimônio industrial, expressão que nasceu na Inglaterra nos anos 1950 e foi intensificando o seu debate a partir de 1960, está presente em um documento elaborado, em julho de 2003 pela Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH, na sigla em inglês), chamado de *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Neste documento, encaminhado ao Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), ligado à ONU via UNESCO, a definição do patrimônio industrial é expressada da seguinte forma:

Vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos, armazéns, centro de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transportes e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolvam actividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação. (TICCIH, 2003).

Se analisarmos este que é um dos principais documentos que definem o que é patrimônio industrial não é difícil relacionar a fábrica Tibirí com essa modalidade de patrimônio histórico cultural. A fábrica Tibirí estava inserida dentro de um ambiente onde várias atividades sociais guardavam relações com a empresa. Podemos citar, no âmbito político, não só pelas influências dos seus diretores e proprietários, mas também pelo engajamento de alguns funcionários, que muitas vezes se colocavam como

oposição e contrários aos próprios padrões politicamente. Nas questões econômicas, onde grande parte da receita da cidade tinha forte participação dos lucros da fábrica, é fato que só eram possíveis graças à severa jornada de trabalho imposta aos trabalhadores, que se revezavam em três turnos ininterruptos que trabalhavam de quatro em quatro horas. Culturalmente, entre outras influências, o controle do horário na vida cotidiana dos trabalhadores, marcava o controle da vida de toda comunidade local. Todos esses aspectos atestam uma forte ligação da população de Santa Rita com a fábrica.

2.1 O bairro do Tibirí: reminiscências de um bairro construído a partir da fábrica

A fábrica Tibirí foi à falência em 30 de junho de 1970 e em 1976 ela foi vendida ao Dr. Carlos Dumont e à sua filha, Dra. Rute. Funcionou apenas seis anos. Segundo o documentário citado, sem investimentos e com maquinários obsoletos, faliu definitivamente em 1982. A sua estrutura ficou abandonada e em 2003 a Prefeitura de Santa Rita tomou a iniciativa de demolir grande parte da estrutura da fábrica para construir casas populares, o que não ocorreu. Mas nem tudo foi demolido: restaram o seu escritório central, sua chaminé e alguns paredões como vestígios históricos, que insistem em embalar a memória histórica dos moradores da cidade.



Figura 6 - Fotografia da chaminé da fábrica Tibirí retirada em 2018 a partir de um drone. Imagem de Luís Carlos Cunha

FONTE: “Imagens de drones feitas no ano passado já mostravam que bueiro da Praça do Povo pode causar tragédia em Santa Rita”. *News Paraíba*, 17 de junho de 2019. Link: <https://newsparaiba.com.br/2019/06/17/imagens-de-drone-feitas-no-ano-passado-mostram-que/>.

Um dos símbolos da fábrica Tibirí que ainda está de pé, como já foi frisado acima, apesar de não estar intacto, é a sua chaminé. Seu tamanho foi alterado devido a questões de segurança. Por iniciativa da Prefeitura de Santa Rita, em 2019 foram retirados 20 metros do topo do grande bueiro que ameaçava cair sobre as casas de moradores que moram próximos à base da chaminé. A imagem 6 foi capturada pelo jornalista Luiz Carlos Cunha, em 2018, a partir de um drone, quando o bueiro tinha 75 metros de altura. Na imagem percebe-se a deteriorização causada pelo tempo ao antigo bueiro da fábrica antes da modificação feita pelo poder público. Essa chaminé não foi demolida como boa parte da fábrica em 2003, mas nunca houve uma política de conservação. Exposta à ação do tempo, sua deteriorização era inevitável. No lado direito da imagem dá para ver um grande calçadão. Antes ocupado pela tecelagem da fábrica, hoje o ambiente foi transformado na “Praça do Povo”, um amplo espaço para festas e apresentações culturais. Em volta da chaminé existem algumas casas construídas quase infiltraram nas antigas dependências da fábrica, inclusive fazendo divisa com a própria chaminé.

A próxima fotografia mostra o alto grau de periculosidade a que se expõem alguns moradores locais. Estes moradores se utilizaram da mídia para sensibilizar os poderes públicos para algum tipo de intervenção. Foi quando todos perceberam a situação de risco a qual eles estavam expostos.



Figura 7 - Base da chaminé da fábrica Tibirí, emparedada com casas populares.

FONTE: Fotografia feita pelo autor em janeiro de 2020.



Figura 8 - Base da chaminé da fábrica Tibirí, emparedada com casas populares.

FONTE: Fotografia feita pelo autor em fevereiro de 2020.

A fotografia (Figura) 7 foi tirada em janeiro de 2020. Expõe a base da chaminé da fábrica Tibirí após serem retirados 20 metros do seu topo para sanar o perigo eminente de acidentes, considerando o seu alto grau de deteriorização. A imagem posterior (Figura 8) retrata a chaminé hoje, como 55 metros de altura já com a modificação concluída. Vemos que a sua parte superior foi retirada. Para realizar o serviço, a Prefeitura de Santa Rita contratou uma empresa⁵. A exposição do problema feita pela mídia local acelerou a ação da Prefeitura em sanar a situação do ponto de vista da segurança. Mas em se tratando de preservação da estrutura histórica não houve grandes repercussões nem da mídia, nem dos poderes públicos. Sob o acompanhamento do Ministério Público, a ação da Prefeitura foi de primeiramente retirar a área comprometida da estrutura. E, em um segundo momento, num prazo de 10 dias, um relatório de vistoria deveria ser enviado pela Prefeitura ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) para ser analisada a viabilidade de haver ou não uma restauração da velha chaminé. Até o momento a chaminé encontra-se sem restauração, o que leva a crer que foi considerado inviável tal procedimento.

⁵ Processo de “Contratação de empresa para serviços emergenciais de retirada de parte comprometida da Torre de Antiga Fábrica Tibirí localizada na Praça do Povo no Bairro Tibirí Fábrica no Município de Santa Rita. Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita – Contratado: C.P.B Construtora Paulo Borges Eireli. Valor: R\$ 123.792.55. Vigência: 05/10/2019. Cf: Diário Oficial Eletrônico nº 1063, Ano 07. Fonte: Assessoria do Ministério Público da Paraíba (MPPB) LINK: <https://diario.santarita.pb.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Di%C3%A1rio-Oficial-n-1063-17-de-julho-de-2019.pdf>

Entre os espaços que restaram da antiga fábrica, que não sofreram os impactos do tempo e do poder público, já que vários dos imóveis pertencentes à empresa ficaram nas mãos do Estado, o escritório central foi um deles. Esse prédio se transformou na Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA).



Figura 8 - Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, antigo escritório central da fábrica Tibirí. FONTE: Fotografia feita pelo autor, em dezembro de 2019.

Na Figura 8 vemos o antigo escritório central da fábrica Tibirí, hoje a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Nota-se, à entrada do prédio, três grandes engrenagens. Essas peças industriais, expostas como decoração, nada têm a ver com a antiga fábrica, são engrenagens de velhas usinas de açúcar, o que lembra que o Estado, nas primeiras décadas do século XX, tinha no agronegócio sua principal atividade. A fábrica Tibirí, no entanto, não passou pela história da cidade sem influenciar na memória coletiva e individual dos seus moradores.

Alguns trabalhadores da fábrica, ainda vivos e alimentados por lembranças da rotina fabril, conservam comportamentos e influenciam com suas narrativas um dos tantos lados que compõem essa disputa de memória. Enquanto existirem os relatos e comportamentos, que fazem parte do patrimônio histórico imaterial, e os poucos vestígios arquitetônicos da fábrica Tibirí, que compõem o patrimônio material, essa disputa de memória será travada, porque é nítida a tentativa sistemática de inibir a consciência histórica do povo, faz parte do modo operante dos donos do poder, protetores das narrativas infundadas que sustentam seus privilégios:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da

história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 76).

Da fachada da Fábrica onde ficava localizada a tecelagem ficou um imenso vazio após a demolição de grande parte dos paredões da empresa. Nesse ambiente foi criado “A Praça do Povo”, cuja imagem se pode observar na fotografia abaixo:



Figura 9 - Praça do Povo, espaço a onde funcionava a fábrica Tibirí.

FONTE: Fotografia feita pelo autor em Dezembro de 2019

No enquadramento da Figura 9 podemos ter uma visão geral de quase tudo que restou da fábrica Tibirí. A maior parte do prédio é o imenso espaço vazio exposto no primeiro plano da imagem e grande parte dessa área era a tecelagem da empresa. No centro da imagem vemos a chaminé, como ela está atualmente, medindo de 55 metros. No canto direito vemos vestígios de seus grandes muros, com tijolos maciços, o que nos revela como a fábrica era estruturada. Também vemos a histórica ferrovia no canto inferior da fotografia. Tudo isso foi o que restou da velha CTP. São parte dos vestígios históricos materiais que lembram a velha fábrica. No lado esquerdo vemos uma cobertura que é o palco da Praça do Povo. Por trás do palco estão os fundos do que era o escritório central da fábrica. A praça, além de ser destinada a eventos culturais e festas, também serve como espaço para instruções de condução de veículos, além de ambiente para exercícios físicos.

A contribuição da fábrica Tibirí, cuja atuação atravessou décadas, não foi apenas econômica. Foram 85 anos de presença produtiva em Santa Rita moldando espaços, interferindo nas características comportamentais dos moradores locais, influenciando

decisões políticas e, principalmente exercendo um controle social materializado em muitas áreas, como na educação, com a construção de uma escola próxima à empresa, erigida por seus donos e destinada aos filhos dos funcionários segundo o documentário, a Escola Elementar Mista de Tibirí, que foi construída em 1920. Já segundo SANTANA (1990), a construção da Escola teve uma motivação política por influência da Ação Integralista Brasileira (AIB), que foi criada na década de 1930, não de 1920, como afirma o documentário. Com apoio da Igreja Católica, a AIB tinha alguns filados em Santa Rita. A Escola citada viria a ser destinada ao ensino dos trabalhadores, e seus filhos, não se sabe se estavam inclusos todos, incluindo os trabalhadores braçais, ou era uma educação destinada apenas para os funcionários com cargos mais elevados, como engenheiros e gerentes. Foi apoiada financeiramente pela fábrica Tibirí, mas inaugurada por essa organização política, visando receber apoio dos trabalhadores da fábrica, principalmente os que tinham influências políticas que, organizados em sindicatos, faziam oposição ao poder político e econômico vigente em Santa Rita:

A secção da Ação Integralista Brasileira chegou a associar 150 pessoas em Santa Rita, promovendo, com apoio do pároco local, Monsenhor Rafael de Barros, várias manifestações cívicas, chegando a inaugurar, sob o patrocínio da Companhia da Tecidos Paraibana – Fábrica de Tecidos Tibirí, uma escola para educar operários e seus filhos. No entanto, mesmo com o empenho dos patrões e da igreja católica, os operários permaneceram na oposição, participando ativamente das reuniões de sindicato, apesar de toda a repressão desencadeada pelo governo sobre seu líder – David Falcão, que, sob a acusação de participar de uma conspiração para implantar o comunismo em João Pessoa, foi preso e torturado pela polícia do governo Argemiro (SANTANA, 1990, p. 233).

Com a falência definitiva da fábrica em 1986, a escola passou ao controle do Estado. Hoje funciona como a Escola Estadual Normal Anísio Pereira Borges.

A vila operária também foi outra realidade diretamente sob influência da fábrica Tibirí, projetada como instrumento de controle dos moradores daquela localidade. Várias das casas que compunham a antiga vila operária ainda estão de pé, sendo habitadas por familiares de antigos funcionários. Tais casas serviram como pagamento de indenizações trabalhistas a partir da falência em 1986. No passado,

enquanto vila operária, eram utilizadas como em vários lugares aonde tinham parques industriais, principalmente como mobilizadora de novos comportamentos coerentes com o controle disciplinar da produção fabril.

A vida e a organização do trabalho nestes núcleos exigiu uma grande adaptação dos trabalhadores, por exemplo, a de novos hábitos domésticos e de lazer, a uma nova distribuição de atividades regidas pelo tempo linear do relógio, à disciplina da fábrica, da escola, do padre, do vigia e do médico(VIANNA,2004, p. 9).



Figura 10 - As antigas casas da vila operária, hoje são residências de ex-funcionários e seus familiares.

FONTE: Foto feita pelo autor em Janeiro de 2020.

A fotografia 10 revela como estão hoje as antigas casas da vila operária da fábrica Tibirí. A imagem é de algumas casas que estão na Rua Santos Dumont, defronte ao espaço que antes ficava a empresa, atual Praça do Povo. Essas eram algumas entre outras dezenas que faziam parte da vila operária. Muitas apresentam o mesmo modelo de origem, estilo Chale, com uma padronização estrategicamente imposta, mostrando-se coerente com o próprio processo fabril. A maioria das casas, com algumas exceções, encontra-se ainda emparelhadas, conjugadas e possuem projetos arquitetônicos muito simples. Seus moradores, já idosos, alimentam a memória histórica de todo o processo que levou à criação do Bairro Tibirí Fábrica. O bairro foi surgindo a partir de novos

comportamentos, que nasciam da imposição do ritmo exigente da fábrica que, na segunda metade do século XX, funcionava numa escala de revezamento de quatro por quatro sem parar, ou seja, havia troca de turno de quatro em quatro horas. Na mesma fotografia vemos também a velha linha férrea, que ainda está servindo como base para o transporte de pessoas entre os municípios de Santa Rita e Cabedelo, com parada na capital João Pessoa

Outras construções que fizeram parte da realidade, dos moradores e funcionários, ao menos os de cargos mais elevados, hoje também servem como residências.



Figura 11 - Uma das 4 residências dos antigos gerentes da fábrica Tibiri.

FONTE: Fotografia feita pelo autor em Janeiro de 2020.

A fotografia 11 remete a uma das casas destinadas aos gerentes da fábrica Tibiri. Percebe-se que sua estrutura não sofreu grandes modificações. Iguais a essa existiam mais três, posicionadas lado a lado, próximo à fábrica. Seus moradores atuais não tiveram nenhum vínculo com a empresa. Essas casas são bem diferentes das habitações da maioria dos operários, possuindo terreno externo considerável, com jardim e laterais isoladas, são casas muito mais amplas e confortáveis, ao contrário das pequenas casas

geminadas, coladas umas às outras dos operários, cujas portas e janelas dão diretamente para a calçada pública.

Outro imóvel que atravessou décadas quase intacto foi o casarão, moradia histórica dos diretores da fábrica, conforme se vê na Figura 12:



Figura 12 - Antiga residência dos diretores da fábrica Tibirí. Atual Secretaria da Educação de Santa Rita.

FONTE: Fotografia feita pelo autor em Janeiro de 2020.

Na Figura vê-se o antigo casarão onde hoje funciona a atual Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita. No passado, abrigou desde a família dos fundadores da fábrica Tibirí até os seus últimos donos. Segundo o documentário produzido pela Escola CCEJAA, após a falência definitiva da fábrica, o casarão passou a ser a sede da Comarca de Santa Rita, o Foro Juiz João Navarro Filho, até, enfim, ser destinada a alojar a Secretaria da Educação de Santa Rita. Note-se que a arquitetura das residências corresponde a uma reprodução simbólica da lógica da hierarquia interna da fábrica. Tanto a área externa quanto a construção em si da residência dos proprietários são muito maiores e mais rebuscadas do que as residências destinadas aos funcionários especializados e, mais ainda, em comparação às dos operários. Estas diferenças de arquitetura, correspondem, portanto, a expressões da história social do bairro do Tibirí,

construído a partir da fábrica. A preservação destes espaços é imprescindível para a construção de formas de consciência histórica por parte de seus habitantes.

2. 2 A fábrica Tibirí como patrimônio histórico

É preciso preservar os vestígios históricos de um povo para que este se afirme enquanto sociedade e a própria cidadania dos indivíduos está ligada ao conhecimento do seu passado. “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (BLOCH, 2001). Conhecer os impactos da centenária Fábrica Tibirí para o crescimento da cidade de Santa Rita, desde o final do século XIX e, principalmente, durante a primeira metade do século XX, é imprescindível a todos os santa-ritenses. A partir desse conhecimento é possível sanar uma das questões presentes na cidade, a ausência de valorização e preservação de muitos dos seus patrimônios históricos. Há uma demanda social que estimula a utilização da Educação Patrimonial. Como diz o *Guia Prático de Educação Patrimonial* lançado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1999, essa educação nada mais é do que privilegiar as fontes primárias materiais e imateriais. Um sítio arqueológico, um parque, uma paisagem, manifestações culturais, ou tudo que está entre o indivíduo e o seu meio ambiente pode ser base de uma metodologia para a compreensão do próprio mundo em que este indivíduo está inserido. O patrimônio cultural está ligado à identidade e a cidadania de um povo.

Analisemos a relação da Praça do Povo com a história da fábrica e de todos aqueles que tiveram suas vidas impactadas pela sua presença, tanto social como cultural, política e economicamente. Como vimos, aquilo que foi um dia a fábrica Tibirí tornou-se um espaço onde há eventos que não fazem menção alguma à sua história e à história daquela comunidade. Analisemos também, os vestígios históricos materiais ainda restantes da fábrica, até que ponto estão recebendo os devidos cuidados

Do ponto de vista da conservação de patrimônio histórico material, o exemplo da velha chaminé da fábrica Tibirí e a sua mais recente modificação já nos revela certo descaso. Há casos parecidos em termos de deteriorização, mas o desfecho foi diferente. Um deles é a restauração da chaminé da antiga fábrica de tecidos Carlos Renaux na cidade de Brusque, em Santa Catarina, cujo início das suas atividades foi em 1892. Esse caso é uma prova de que é possível conservar vestígios do passado e assim manter a consciência histórica da região. A fábrica do Brusque, hoje desativada, tornou-se um

patrimônio imobiliário que foi adquirido pela empresa Havan. O início da sua restauração foi em, 01/12/2017, em 15 dias a restauração estava concluída. Talvez o interesse que fez uma empresa privada como a Havan investir na compra e restauração desse empreendimento esteja longe de ser de preservação no sentido de valorizar a história da comunidade local em sua pluralidade, o que envolve a memória dos conflitos e contradições inerentes a qualquer sociedade. É provável que estivesse vinculado a interesses de marketing empresarial, visando fortalecer o respeito e a naturalização do espírito empreendedor de seus cidadãos. O exemplo de Brusque é só para demonstrar que é possível a restauração da chaminé da fábrica Tibirí. As fábricas são, inclusive, do mesmo período e o desgaste do monumento histórico da fábrica do Brusque era semelhante ao sofrido pela chaminé da também fábrica de tecidos Tibirí. Fica evidente, considerando o caso anterior, que é possível a restauração sem atentar contra o centenário empreendimento imobiliário. Na Figura 13 vemos trabalhadores concluindo a restauração da chaminé da fábrica de tecido do Brusque.



Figura 13 - Restauração da chaminé da antiga fábrica da tecidos Reaux.

FONTE: <https://omunicipio.com.br/comeca-restauracao-da-chamine-da-fabrica-renaux/> < Acesso em 15-02-2020 >

É claro que o ato de preservar, segundo Rodrigues da Silva e Lopes Cordeiro, autores do artigo *Reflexão acerca do Conceito de Patrimônio Cultural sob a Ótica do Patrimônio Industrial e da Arqueologia Industrial*, está sempre ligado ao contexto

social (SILVA, CORDEIRO, 2017). É preciso entender que preservar velhas construções que marcaram períodos históricos é valorizar a memória histórica de um povo e essa memória histórica envolve contradições e conflitos ocorridos no passado e no presente. A valorização legitimada do ponto de vista da história social não foca apenas a estruturas físicas que, visando vislumbrar o empreendedorismo distorce o seu verdadeiro sentido. O que restou da fábrica Tibirí precisa ser valorizado e preservado a partir do conhecimento histórico da população acerca do processo histórico que fez a fábrica ser relevante na conjuntura social, política, econômica e cultural da cidade, para sua própria história. Ou ainda, o quanto sua história, de seus familiares e vizinhos fazem parte de um processo histórico que envolveu diretamente seu trabalho na fábrica. Como seu presente tem ligações com o passado, muitas vezes considerado desconexo e distante. Portanto, dentro desse aspecto a atuação histórica dos empreendedores e políticos do passado não é mais importante do que a dos trabalhadores. Estes, juntamente com diversos outros sujeitos históricos, compuseram a história da fábrica, mas principalmente aqueles que foram esquecidos, trabalhadores braçais e moradores locais, mesmo que por eles tenham passado os fundamentos necessários para a construção dessa história.

A preservação de uma estrutura imobiliária por via da restauração, por ser esta importante historicamente, não é a valorização do passado por si só. A urgência da preservação das estruturas físicas (patrimônio material) da fábrica Tibirí e dos comportamentos sociais e culturais de sujeitos históricos que tiveram suas origens na realidade histórica da fábrica (patrimônio imaterial) remete muito mais ao presente do que ao passado, pois pela preservação se chega à identidade histórica da população e o porquê de determinados comportamentos presentes daquele povo. Os procedimentos históricos que contribuem para viabilizar qualquer reparo de restauração, apesar de se debruçar no conhecimento do passado, têm seus fundamentos na vida presente:

A restauração é ato crítico que, alicerçado no reconhecimento da obra e de seu transformar no decorrer do tempo, insere-se no tempo presente – jamais se colocando em qualquer uma das fases por que passou a obra, muito menos no momento de sua criação -, em que se intervém em obras do passado, de maneira criteriosa, com vistas à sua transmissão para as próximas gerações, mantendo sempre, portanto, o futuro no horizonte de suas reflexões. É ato de respeito pelo passado,

interpretado no presente e voltado para o futuro, para que os bens culturais possam continuar a ser efetivos e fidedignos suportes da memória coletiva (KÜHL, 2006, p. 5).

O que foi feito da fábrica Tibirí após a sua falência está aquém da preservação histórica de um patrimônio, seja ela material ou imaterial. Sua relevância não está sendo considerada desde 2003, quando ocorreu o início da sua demolição. Mas a prefeitura de Santa Rita não errou apenas em demolir fisicamente a fábrica, pois o “patrimônio não está restrito a conservação e preservação arquitetônica, tem que haver princípios de proteção, reutilização, museística, etc.” (SILVA, CORDEIRO, 2017). Faltam ações que viabilizem o reconhecimento destes resquícios materiais como patrimônio histórico para valorização da história da comunidade que forma Santa Rita, em especial do bairro Tibirí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Praça do Povo é um ambiente marcado por uma ociosidade que só contribuiu para inibir a potencialidade histórica do local e a falta do conhecimento histórico no sentido, principalmente, social, onde a classe menos favorecida da sociedade é protagonista. Em Santa Rita, como em todo lugar, há uma disputa de memória que esconde um processo histórico, marcado por diversas tramas e conflitos de interesses dos vários sujeitos históricos que atravessaram décadas, com suas influências políticas e econômicas, inseridos na conjuntura sociocultural de Santa Rita. Sujeitos como os operários braçais da fábrica Tibirí, também funcionários da fábrica com cargos privilegiados que lhes davam certas regalias, diretores, latifundiários com grandes poderes econômicos e políticos, além de autoridades religiosas e vários outros. Todos alimentavam interesses mais ou menos comuns e muitas vezes antagônicos.

A história da fábrica Tibirí, do ponto de vista social precisa ser conhecida e valorizada. A partir desse conhecimento, sua preservação ganhará um caráter de cidadania consolidada na população de Santa Rita. É certo que o local não ficou abandonado completamente e que por causa dos seus vestígios históricos arquitetônicos remanescentes e dos seus antigos operários ainda vivos a memória da antiga fábrica está presente, mas não são apenas essas estruturas físicas que contam sua história, mesmo

porque, quando não são bem interrogadas, nada falam, assim também como a Praça do Povo, que não guarda nenhuma relação com a fábrica Tibirí e que, por isso, nesse caso específico, a Praça do Povo como elemento de distração é eficiente, mas nada contribui em termo de cidadania.

Apesar da fábrica Tibirí estar presente na memória coletiva de muitos santaritenses como estrutura física, em grande medida simbolizada na sua chaminé ainda existente, são os mais velhos, principalmente os antigos operários da fábrica, ainda vivos, que guardam em suas memórias e em seus comportamentos os impactos sociais e culturais causados pela presença da fábrica na cidade. É preciso considerar, que também esses funcionários, principalmente os trabalhadores braçais, costumeiramente mais relegados, atuaram como sujeitos imprescindíveis na história de Santa Rita.

É por esse ponto de vista que, para reverter essa situação de falta de conhecimento do próprio passado, a educação patrimonial se faz necessário. Sem essa educação não é possível compreender o ambiente que se está inserido. Quando se considera a educação patrimonial como instrumento de “alfabetização cultural” (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999) torna-se possível valorizar conscientemente aquilo que se tem como legado histórico. A partir desse conhecimento, as atitudes de preservação tornam-se efetivas, pois passam a ser impulsionadas por pressões populares diante do poder público:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira (HORTA, GRUNBERG, MONTEIRO, 1999).

No caso da fábrica Tibirí essa educação pode ser inserida como um projeto pedagógico direcionado à rede pública de ensino, dentro da disciplina de História de Santa Rita, cujo objetivo seria conhecer a história da fábrica Tibirí a partir de entrevistas feitas pelos próprios alunos aos antigos trabalhadores da fábrica. Durante as minhas pesquisas entrevistei alguns desses antigos trabalhadores, mas não foi possível utilizar as informações colhidas como fontes, dado o pouco tempo para a conclusão desse TCC. A vivência dos operários da fábrica Tibirí durante o período do seu funcionamento nos

revelam as conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais de Santa Rita, como por exemplo, as regras impostas pela diretoria da empresa, que influenciavam tanto o comportamento do trabalhador dentro da fábrica, quanto a sua vida privada e o quão estreita era a vinculação dos donos da fábrica com os poderes políticos e religiosos. As perguntas feitas pelos alunos, como jornada de trabalho, salários, poder de compra dos trabalhadores, relacionamentos entre os pares, níveis de articulações entre eles, se existiam ações sociais patrocinadas pela fábrica e até que ponto essas atingiam os trabalhadores comuns e a sociedade como um todo. Muitas outras perguntas acerca da fábrica seriam estimuladas pelo professor. Trata-se de um projeto em que as aulas seriam de campo, no ambiente a onde funcionava a antiga fábrica. Para instigar a curiosidade dos alunos, o professor pediria, numa conversa anterior com o entrevistado, que ele explicasse como funcionava a estrutura física da fábrica, pegando como referência os vestígios históricos arquitetônicos remanescentes. A valorização a partir do conhecimento da fábrica Tibirí levaria a sua preservação por parte de todos, inclusive do poder público que, inevitavelmente atenderia as aspirações populares de preservar efetivamente um dos mais significativos legados históricos presente na memória da população de Santa Rita.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Francisco de Paula. *Santa Rita, Sua História, Sua Gente*. Clube de Autores: 2 ed. 2016.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*. Edição anotada por Étienne Bloch. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

Documentário sobre a Fábrica Tibirí, da cidade de Santa Rita – PB. Produzido pelo Educandário José Américo de Almeida (EJAA). Santa Rita, 2008. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xxcr_d_chO4

CABRAL FILHO, Severino. *Desejada modernização: Campina Grande, Imagem e História*. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Londrina, 2015.

GALLIZA, Diana Soares de. *Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930*. João Pessoa, Idéia, 1993.

HARDMAN, Francisco Foot. & LEONARDI, V. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

KUHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. Dossiê Herança Industrial – IPHAN, nº 4, mar./abr., 2006.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *História e Memória*. 5º ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 1, n.2, p. 73-98, 1996.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda Pagoto Cortez de. Higiene é norma: Salubridade pública na cidade da Paraíba oitocentista. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Florianópolis, 2015.

POSSAMAI, Zita Rosane. Fotografia, História e Vistas Urbanas. *História*, São Paulo, 27 (2), 2008.

RODRIGUES DA SILVA, R. A.; LOPES CORDEIRO, J. M. Reflexões acerca do conceito de patrimônio cultural sob a ótica do patrimônio industrial e da arqueologia industrial. *Faces da História*, 2017.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Moraes. *Nordeste, Açúcar e Poder: Um estudo da Oligarquia Açucareira na Paraíba 1920-1960*. João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SANTOS, Marcos Alesandro Neves dos. *Vilas Operárias: Exclusão de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe–PE (1900-1929)*. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em História/UFPB, 2017.

TICCIH –COMISSÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL. *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*. Nizhny Tagil, Rússia, Julho de 2003.

VIANNA, Mônica P. *Habitação e Modos de Vida em Vilas Operárias*. Monografia final. USP, 2004.

Sites eletrônicos:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=411026&view=detalhes><

Acessado em 30 de janeiro de 2020> Blog- Biblioteca, do IBGE

<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com/>< Acessado em 30 de janeiro de 2020> Blog

– Seguindo os Passos da História, de Leandro Villar.

<http://www.estacoesferroviarias.com.br/><Acesso em 01 de Abril de 2020> Blog –

Estações ferroviárias do Brasil, postado por Ralfh Munnicci Giesbrecht.

<http://historiaferroviariaparaibana.blogspot.com/><Acesso em 01 de Abril de 2020> Blog

- História Ferroviária Paraibana, postado por Jonas Rodrigues Pereira.

<http://www.historiaegenealogia.com/2012/05/bruno-bougard.html> <Acessado em 15 de

janeiro de 2020> Blog – História e Genealogia, de Anderson Tavares de Lira

<https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?ID=193803> <Acessado em 15 de fevereiro

de 2020> - Site de Levy Leiloeiro

<https://omunicipio.com.br/comeca-restauracao-da-chamine-da-fabrica-renaux>

<Acesso em 15 de fevereiro de 2020> Blog - O município- publicado por Marcelo Reis

https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1908_12/populacao1908_12v1_022.pdf< Acesso em 15 de fevereiro de 2020> Blog- Estatísticas

do Século XX – IBGE.

[https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-](https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html)

[temas/populacao.html](https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html) < Acesso em 15 de fevereiro de 2020> Blog- Estatísticas do

Século XX – IBGE.